

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

FORMAS DE ACESSO À TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.

Ângela Carine Felix de Oliveira Matos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

Gilmar Oliveira da Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

Elane Bastos de Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

RESUMO: As formas de acesso a terra têm sido alvo de intensos debates decorrentes dos conflitos pelo território, no qual os indivíduos mantêm uma relação de pertencimento, identidade e produção. A presente pesquisa busca compreender as formas de acesso à terra de Feira de Santana (BA) localizada no território de identidade Portal do Sertão: em uma perspectiva de análise de território, e com isso se faz necessário fazer uma análise de seu contexto histórico e dos elementos: políticos, econômicos e culturais que contribuíram para o acesso a terra. Esta pesquisa foi desenvolvida através do método de abordagem dialética, e utilizando como meio de investigação pode-se classificar como bibliográfica, tendo em vista que foi construída através de dados primários e secundários e de campo em virtude da aplicação de entrevistas no local onde o artigo está sendo

desenvolvido. De acordo com a pesquisa realizada nas comunidades tradicionais e acampamentos em Feira de Santana (BA), fica evidente a necessidade de serem reconhecidos para que tenha o acesso a terra e possa contar com os auxílios de políticas sociais públicas para que possa ver a desenvolver mais atividades socioeconômicas em seu espaço de vivência.

PALAVRA CHAVE: Território. Comunidade Tradicional. Acesso a terra.

ABSTRACT: The forms of access to land have been the subject of intense debate as a result of conflicts over territory, in which individuals maintain a relation of belonging, identity and production. The present research seeks to understand the land access forms of Feira de Santana (BA) located in the identity territory Portal do Sertão: from a perspective of territory analysis, and with that it is necessary to analyze the historical context and the elements: political, economic and cultural that contributed to the access to land. This research was developed through the method of dialectic approach, and using as a means of investigation can be classified as bibliographic, considering that it was constructed through primary and secondary data and field because of the application of interviews in the place where the article It is being developed. According to the survey carried out in the traditional communities and

camps in Feira de Santana (BA), it is evident the need to be recognized so that it has access to land and can count on the aid of public social policies so that it can see to develop more socioeconomic activities in their living space.

KEYWORD: Territory. Traditional Community. Access to land.

1 | INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as formas de acesso à terra tem sido foco de diversas análises e pauta de intensos debates sobre tudo a partir dos acampamentos, assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas. Estas últimas são definidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como: povos étnicos, predominantemente formados por população negra, que se auto-reconhecem pelas suas relações com a terra, familiares, ancestrais, hábitos culturais e entre outros.

O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar a partir da perspectiva do território as formas de acesso à terra existente na área rural de Feira de Santana (BA), utilizando o banco de dados projeto Geografar; assim como avaliar o tipo de relação que estes grupos estabelecem com a terra. Desta forma é de suma importância conhecer as formas de acesso a terra em Feira de Santana (BA), possibilitando entender como se desenvolvem as relações sociais estabelecidas que configurem a apropriação e a organização do espaço rural a partir das múltiplas perspectivas de território.

2 | REFLETINDO SOBRE AS FORMAS DE ACESSO À TERRA A PARTIR DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território tem sido analisado a partir de diversas áreas de conhecimento tais como as Ciências Políticas, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia. Para esta última, este conceito tem sido o centro dos estudos agrários, incluindo as formas de acesso à terra.

Para Raffestin (1993), o território se constrói a partir de um espaço onde se executou um trabalho, ou seja, o território é produto e meio de produção, onde tem relações de poder, Raffestin indica a seguinte definição “(...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993[1980], p.144).

Nessa perspectiva o território se estabelece a partir das relações de poder que se desenvolvem em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, em particular, por meio das relações de trabalho. Nesse sentido em acampamentos, comunidades tradicionais e acampamentos rurais, o que determina a identidade dos acampados é as relações de trabalho com a terra, o que lhe atribui uma identidade camponesa, e o que traz a essa peculiaridade é a

territorialidade, pois reflete na multidimensionalidade do vivido como representações dos tipos de usos do território.

Na perspectiva de Rogério Haesbaert o território é analisado a partir de três dimensões. São elas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundidas, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: priorizar a dimensão e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação /valorização simbólica de um grupo ao seu espaço.
- econômica (muita vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classe sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2011. p.40)

Dessa forma, observa-se que o território é visto como um espaço em que se concentram relações de poder pelos agentes que se apropriam do mesmo. Além disso, evidenciamos a presença de limites que são definidos por intermédio da identidade construída pelos indivíduos em um dado espaço. Assim, a apropriação do território é um fato genuinamente social. Com isso observa-se que a territorialidade está diretamente ligada à vertente da dimensão cultural do território, levando em conta as percepções que temos do poder exercido por um indivíduo ou grupo de pessoas em um determinado espaço geográfico em suas múltiplas escalas temporais.

De acordo com Marcelo José Lopes de Souza, “O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 2000, p.78). Dessa forma observa-se que a perda de poder pelos seus donos e via de regras os entes administrativos (União, Estados e Municípios) direciona aos conflitos verificados no território, sobretudo nos espaços agrários em que muitas comunidades e acampamentos sofrem para tomar posse do território, que pode desencadear em conflito. Pelo viés da Geografia iremos utilizar do conceito de território, para explicar o processo de apropriação historicamente desenvolvido pelas comunidades tradicionais.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Feira de Santana BA, cujas coordenadas geográficas são 12°16'01”S 38° 58'01” O e altitude de 232m, região típica do semiárido baiano. Foi utilizada na construção dessa pesquisa uma fundamentação teórica baseada em autores que trabalham com conceito de Território e posteriormente uma pesquisa bibliográfica (acervo na biblioteca, sites e informações secundárias) sobre as formas de acesso a terra no município de Feira de Santana (BA).

3.1 Área de estudo:

Para o processo de elaboração do presente trabalho opta-se como área de estudo o município de Feira de Santana BA conforme a figura que segue.

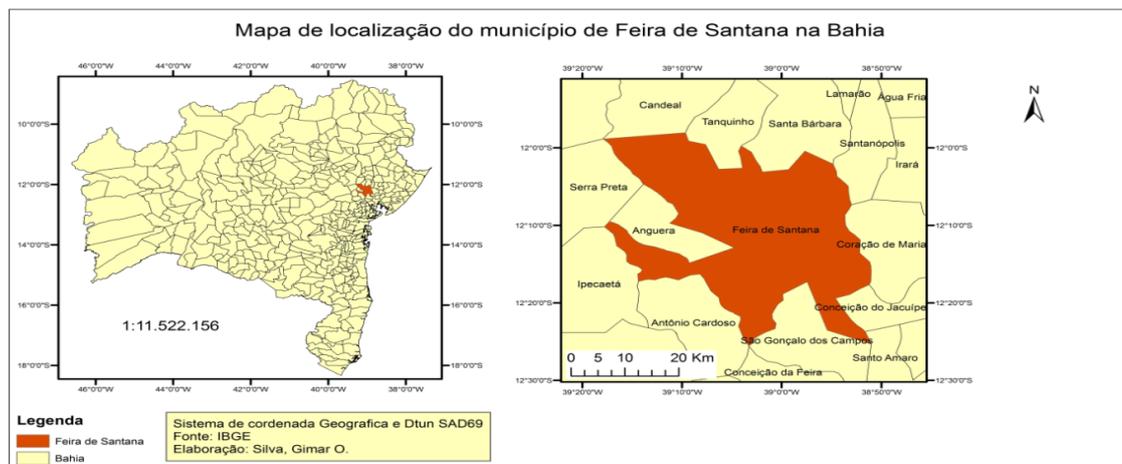
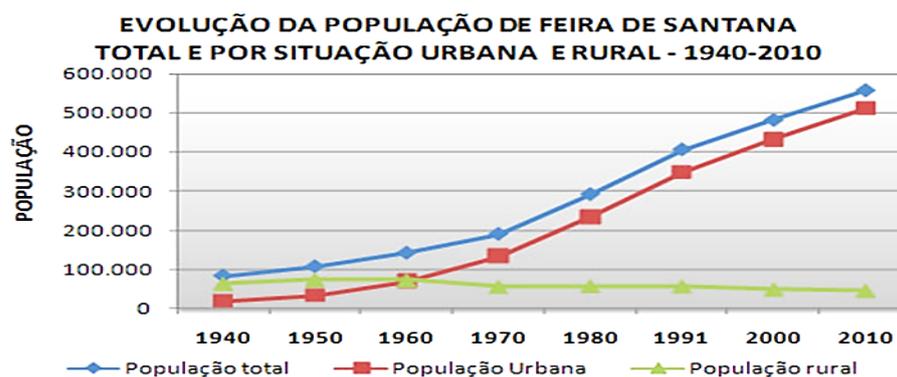


Figura 01- Mapa de localização do município de Feira de Santana na Bahia.

Fonte: Elaborado por Silva, (2017).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (2014), Feira de Santana atualmente é uma metrópole regional e sede da maior região metropolitana do interior nordestino. Se localizada no Estado da Bahia a 108 km de sua capital Salvador, Feira está dentro do polígono das secas, excluindo apenas a área do distrito de Humildes na direção N.N.O da capital. As coordenadas geográficas são $12^{\circ}16'01''S$ $38^{\circ}58'01''O$, a sua área territorial (2015), abrange 1337,993 km², com densidade demográfica (2010) de 416,03 hab./km², sendo a segunda maior população do estado com 622,639 habitantes em 2016. Pode-se observar no gráfico 01 'Evolução da população de Feira de Santana total e por situação urbana e rural – 1940-2010', Feira de Santana até a década de 1940 possuía um economia fortemente baseada no setor agropecuário, responsável pela formação de seu núcleo urbano original. Porém com a chegada do capital industrial a partir da década de 1970, houve um grande fluxo migratório da zona rural em direção à zona urbana (êxodo-rural). Com isso as áreas que eram eminentemente rurais passaram a ser parte do tecido urbano.



Feira de Santana possui um clima seco a sub-úmido e semiárido, a temperatura média de 28,2°C e a média mínima de 19,6°C. Pluviosidade média anual máxima de 1.595 mm e a mínima de 444 mm. A vegetação está relacionada com as chuvas de outono e inverno, que dá um aspecto de cerrado à medida que se aproxima do centro da cidade. Outro tipo de vegetação predominante é a caatinga, de solo raso, marcante no norte e oeste. Também conta com a vegetação xenófila (de região seca) com arbustos espinhosos (mandacaru, xique-xique, palma e outros cactáceos) e de gramíneas ralas que acumulam água e têm raízes profundas. O solo contém argila, caulim, areias, arenitos, granulitos e minerais. Destes elementos são explorados apenas areia, argila e rochas para construção e são transformados no setor industrial em várias espécies de britas e demais tipos de pedras. O relevo corresponde ao pediplano sertanejo, tabuleiros interioranos e pré-litorâneos, cortados pelos rios Jacuípe, Subaé e do Cavaco, que servem às bacias hidrográficas Paraguaçu ou Subaé.

Em Feira de Santana se abatem secas calamitosas, esse fenômeno é previsível nesta região do país, devido principalmente à sua posição geográfica, como também aos diversos sistemas de circulação atmosférica. O relevo, a latitude e a continentalidade são outros fatores que agem sobre essa região e influenciam neste tipo de clima. A seca afeta principalmente as atividades agropecuárias, trazendo grandes dificuldades para moradores do Nordeste. A seca afeta em primeiro lugar as pessoas com menos condições financeiras. Os principais efeitos sociais causados pela seca são: perda de ocupação produtiva, redução de renda e diminuição do consumo.

Desde agosto de 2016 o município de Feira de Santana está em situação de emergência por conta da seca. Com o reconhecimento da situação de emergência, o gestor do município pode solicitar apoio do governo federal para ações de socorros, assistência à população e restabelecimento de serviços essenciais.

3.2 Método de abordagem:

O que diz a respeito do método de abordagem foi utilizado o método dialético, a escolha deste método se deu a partir de que ele não se limita a apenas questões ideológicas, conforme Antônio Carlos Gil (2008. p.14), “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”.

3.3 Métodos de procedimento:

Pode-se, ainda, considerar que a pesquisa constitui-se como:

Um estudo de caso, sendo que ele “é caracterizado pelo estudo profundo e

exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”, Gil (2008), uma vez que circunscreveu a analisar a percepção dos agentes envolvidos no projeto;

Funcionalista uma vez que esse método é interpretativo e suas conclusões são baseadas na interpretação do estilo de vida de uma sociedade;

Estruturalistas sendo que esse método dispõe de um modelo para analisar a realidade concreta dos diferentes fenômenos. Exemplo: estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e os grupos.

3.4 Tipos da pesquisa:

De acordo com a classificação metodológica proposta por Gil (2008), a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos meios de investigação, como: i) bibliográfica – tendo em vista que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e ii) de campo- em virtude da aplicação de entrevista no local onde o artigo está sendo desenvolvido, obtendo-se de dados diretamente junto com as comunidades tradicionais de Feira de Santana. As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Fez-se necessário a aplicação de entrevista focalizada (o que significa?) junto a grupos específicos de pessoas como: profissionais que atuam nas comunidades por considerar que esses indivíduos diante da posição que ocupam têm experiências e conhecimento sobre tema do artigo.

4 | UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DE FEIRA DE SANTANA (BA) E O RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil algumas mudanças foram evidenciadas com a Lei de Terras em 1850 estabelecendo a compra da terra enquanto critério de aquisição, favorecendo neste momento histórico transformações significativas principalmente no setor socioeconômico. Fica evidente que as formas de acesso a terra têm sido alvo de grande debate sobre os conflitos pelo território, pelo qual os grupos sociais mantêm uma relação de pertencimento, identidade e produção.

Segundo o instituto de Manejo e certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a malha fundiária do Brasil utiliza 20 categorias de suporte, no qual estão as áreas protegidas em diferentes escalas, desde a nacional à regional, as bases tanto de assentamento do INCRA e os polígonos do cadastro ambiental rural, que de acordo com o órgão equivalem 80% do território brasileiro. A estrutura fundiária da Bahia têm apenas 7% de suas áreas protegidas, 87% de terras privadas, 3% de assentamentos, outras modalidades 4% e área do estado é de 56 M ha. Autor e data?

De acordo com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão-CEDDHC do Estado do Paraíba (2017), a terra é um direito fundamental do homem. Para o homem garantir a vida, ele precisa da terra. A sobrevivência do

homem depende do modo como este trata a terra e dela tira seu sustento. Para isso desde os primórdios da humanidade, o homem luta pelo acesso à terra. No Brasil, as lutas e os movimentos sociais que buscam conquistar o direito a terra ainda enfrentam muita violência social e institucional. Daí a necessidade de mecanismos de proteção e defesa no tocante a questão agrária no país, a exemplo do Estatuto da Terra e da Constituição federal.

De acordo com os dados do projeto de pesquisa GEOGRAFAR (2015), o município de Feira de Santana tem como formas de acesso a terra: as comunidades quilombolas e acampamentos sem terra. Em 2010 foram identificadas as seguintes comunidades Negras Rurais e Quilombolas: Candeal, Lagoa do Negro, Lagoa Salgada, Lagoa Grande, Matinha e Roçado, sendo que a Lagoa grande e a Matinha possuem certificação junto a Fundação Cultural Palmares. Também foram identificados Acampamentos de trabalhadores Rurais Sem Terras. São eles: a Terra Prometida com 67 famílias acampadas e o acampamento Estrela Vive com 80 famílias acampadas.

A comunidade tradicional quilombola da Matinha dos Pretos localiza-se na zona rural do município de Feira de Santana, próximo ao Distrito de Maria Quitéria. A Matinha era tida como um povoado e que pertencia a esse Distrito no ano de 2008. Segundo Souza (2010), os negros que chegaram ao município de Feira de Santana vinham do Recôncavo baiano e se estalavam nas fazendas próximas ao Distrito de Maria Quitéria. Entre elas pode ser destacada a fazenda Candeal, em que formou o Povoado de Matinha dos Pretos. Essa fazenda em questão pertencia ao Antônio Alves que, além de possuir as terras, também tinha uma quantidade de escravos significativos, estes se rebelaram com a situação que viviam e colocaram cobras nas bolsas das senhoras¹, por conta disso ficou conhecida como Matinha dos Pretos.

No ano de 2014, a comunidade da Matinha dos Pretos teve seu reconhecimento como Comunidade Quilombola. Esse certificado foi emitido pela Fundação Cultural dos Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. Para conseguir esse documento, primeiro a comunidade teve que se declarar como quilombola, depois através de associações e a integração com o poder público, foi realizado o pedido ao Ministério da Cultura. Este documento oficial além de garantir o reconhecimento à comunidade tradicional quilombola, serve para a luta por direitos historicamente negados e para valorizar suas atividades produtivas, além de possibilitar o acesso a várias políticas públicas que podem mudar a realidade destes povos.

A Comunidade Lagoa Grande está localizada no Distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana (BA), que tem o seu nome atribuído a uma lagoa que fica em suas proximidades, quanto à origem quilombola, certo fazendeiro que se havia apoderado das terras da Lagoa Grande visto que elas serem terras devolutas ou da Igreja Católica do São José (por volta do ano de 1900) solicitou-lhes que viessem da Matinha dos Pretos três irmãos, dentre eles Luís pereira dos Santos para tomar conta daquelas terras, para virarem cuidadores da propriedade rural, e ali se instalaram e formaram suas famílias.

A comunidade foi reconhecida no ano de 2007 pela Fundação Palmares, como Comunidade Quilombola. Ela possui uma população em torno de 400 famílias que vivem da agricultura, principalmente, da venda dos produtos derivados da mandioca o que caracteriza fortemente a identidade cultural da comunidade, e também da participação do Grupo Sabores do Quilombo que produz e comercializam alimentos na cantina do módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O Remanescente da Comunidade Quilombola Candeal está localizado no Distrito de Candeal na cidade de Feira de Santana, foi nomeada assim por conta de uma fazenda que se chamava Candeal, que pertencia ao Tenente-Coronel Antonio Alves, em que concentrava aproximadamente 25 escravos, os descendentes deste povo teve a posse da terra com o preço de sangue, pois muitos foram mortos ou presos, em 1967 tiveram acesso à terra de maneira judicial, atualmente a comunidade luta pelo seu reconhecimento de comunidade quilombola.

Com a realização da pesquisa de campo no acampamento Estrela Vive (imagem 01), foi possível observar alguns elementos preponderantes para a temática da pesquisa. Os pesquisadores realizaram uma entrevista com uma das líderes do acampamento, sobre a qual chegaram as seguintes informações. O acampamento Estrela Vive fica localizado na zona rural de Feira de Santana (BA), conhecido como Fazenda Mocó, situado próximo ao bairro Campo do Gado. As terras ocupadas pelo Acampamento são terras devolutas da empresa estatal EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) A ocupação iniciou em maio de 2009, no início era constituído por 150 famílias acampadas, mas atualmente, por conta da estiagem prologada que fere a região de Feira de Santana (BA), conta somente com 80 famílias.

Segundo o relato de uma das líderes do acampamento, no início da ocupação não houve nenhum conflito ou represarias (agressões, uso exagerado do poder executivo e entre outros), porém vale ressaltar todavia o que os trâmites para que o acampamento seja considerado um assentamento estão em andamento. Porém há uma resistência do governo de Estado que se nega a passar o direito de posse da terra para as famílias residentes no mesmo, alegando possuir interesse nas terras para o curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.



Imagem 01 - Acampamento Estrela

Fonte: Elaborado por Silva, (2017).

As mudanças climáticas vêm causando prejuízo econômico e social para o globo em geral. Em Feira de Santana em especial vêm secando os principais rios e seus afluentes e aliado com as ações antrópicas estão causando um dano ao sertanejo e agravando ainda mais a situação dessa região, a exemplo do Acampamento Estrela Vive que no início era constituído por 150 famílias acampadas, mas atualmente, por conta desta estiagem prologada que fere a região conta somente com 80 famílias.

Os impactos econômicos também são muito grandes, a agricultura, a perda da produção agrícola, redução dos rebanhos, na indústria, no comércio, entre outras. Os principais impactos econômicos causados pela seca são: perda da produção agrícola, redução dos rebanhos, decréscimo da produção pecuária, desemprego da mão-de-obra no campo, redução das vendas e diminuição dos lucros. Em relação à produção agrícola no Acampamento Estrela Vive, eles são agricultores familiares e sua produção se direciona ao auto sustento da cultura de: feijão, milho e entre outras, na qual forneciam para o centro de abastecimento em Feira de Santana, mas por conta do longo período de estiagem o cultivo ficar exclusivamente restrito para subsistência das famílias residentes no local, para ajuda na renda familiar nesse período de escassez eles fazem biscoitos caseiros do tipo sequilhos e arranjos artesanais de flores para serem comercializados. As famílias vêm lutando constantemente para permanecer no campo e viver no campo, pois eles são lavradores e dependem da terra para sobreviver.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos evidenciados observa-se que tanto para os Acampamentos quanto para os Quilombolas identificados na cidade de Feira de Santana (BA) se

manterem no território, é necessário que esses grupos sociais tenham o acesso garantindo a terra, para que essas famílias possam contar com políticas públicas sociais, que auxiliem as famílias a desenvolver suas atividades socioeconômicas e conviver com os indivíduos que compartilham sua cultura agrícola.

O acesso a políticas sociais é uma das formas de garantir às famílias principalmente nos longos períodos de estiagem, melhorias que facilitem sua permanência em seu local sem ter que deixá-lo. Os recursos tecnológicos como: sistema de tratamento de água e irrigações por gotejamento são uma das maneiras que, através das políticas públicas, possibilitam a convivência com a escassez de água em período de seca, trabalhando, plantando para culturas, para poder manter a vida das famílias no acampamento e comunidade, pois a maioria destes vive e produz através da agricultura. O fortalecimento desses grupos sociais é a garantia de uma sociedade melhor e justa, pois enquanto os mesmos existirem, estarão “gritando” pelos povos excluídos, que necessitam apenas de pouco para sobreviverem.

A pesquisa de campo no Acampamento Estrela Vive foi um momento de aproximar o conhecimento científico e a história de 80 famílias que querem ter a certificação de assentamento dessas famílias que clamam por um futuro melhor para os futuros cidadãos da comunidade. Querem não precisar sair da terra para terem um futuro melhor, mas se faz necessário que a sociedade de modo geral conheça o anseio do povo e pressionando os governos de ambas as esferas para que possam garantir o direito ao acesso a terra e a dignidade dos trabalhadores do campo, conforme evidenciado na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA VIRTUAL, Consuelo Pondé Governo da Bahia. **Sabores do Quilombo da Comunidade de Comunidade de Lagoa Grande**. Disponível em: <www.bvconsuelooponde.ba.gov.br/conteudo/conteudo.php?conteudo=152> Acesso em 31 de Maio de 2017

CEDDHC. **Cartilha Cidadania para Todos, direito a terra**. Disponível em: <http://www.cdifs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=222>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

CDL DE FEIRA DE SANTANA, **publicações**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/creddhc/bdados/cartilha7.htm>>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da), 1958 - **mutiterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**/Rogério Haesbaert. -6° ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

Grupo de pesquisa Geografar, **Bancos de Dados**. Disponível em: <<http://geografar.ufba.br/tabela-comunidades-negras-rurais-quilombolas-indetificadas-na-ba>>. Acesso em 22 de Abril de 2017

Grupo de pesquisa Geografar, **Bancos de Dados**. Disponível em: <<http://geografar.urba.br/tabela-estado-da-bahia-acampamentos-de-trabalhadoresrurais-se>>. Acesso em 22 de Abril de 2017

MENDONÇA, Livia Carvalho. **Escrevendo Escrita de Remanescente quilombolas no domínio**

escolar e na vida cotidiana uma abordagem dialógica. Faculdade de Letras PUC.2014.

PINTO, Luís Fernandes Guedes. **A Busca pela Sustentabilidade do Campo – 10 anos de Certificação Agrícola no Brasil.** Piracicaba – SP. Imaflora. 2012.132p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Elane Bastos. **A comunidade Negra Rural do Povoado de Matinha dos Pretos (BA): Uma perspectiva geográfica.** Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): Geografia: conceitos e temas.-2º ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Railma dos Santos. **História e Memória da Escravidão e Pós Emancipação nas Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Matinha dos Pretos e Fazenda Candeal.** Florianópolis-SC. 2015.

IBGE, **Cidades.** Disponível em:<<http://www.cidadesibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&comum=Ils%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

